

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO SILÊNCIO NO DEPOIMENTO DO CORONEL CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Sarah Moreira Casimiro

Orientadora: Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Mestranda

RESUMO: Neste artigo propomos, com base no campo teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1969), apresentar parte dos resultados parciais do projeto de dissertação de mestrado a ser defendido no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFF. O objetivo deste estudo é apresentar uma das análises que compõem a nossa pesquisa, mostrando como se dá o funcionamento discursivo do silêncio na fala do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que depôs à Comissão Nacional da Verdade no dia 10 de maio de 2013, a fim de colaborar com a investigação em torno dos crimes cometidos na ditadura militar brasileira. Para isso, faremos intervir dois conceitos importantes trabalhados por Orlandi (1992; 2017): o silêncio e a narratividade. Tais conceitos serão trabalhados neste artigo a partir da análise da imagem que o coronel Ustra faz do outro como terrorista. Com isso, procuramos demonstrar como a expressão “terrorista” serve não só para englobar, em diferentes momentos históricos, diversas pessoas que resistem ao governo vigente, como também serve para silenciar outras possíveis formas de significação.

PALAVRAS-CHAVE: silêncio, narratividade, terrorista.

Nossa pesquisa tem por tema a Comissão nacional da Verdade, que perdurou por quase três anos, durante o governo do PT, no intuito de investigar as violações de direitos humanos que foram praticadas no Brasil, entre 1946 e 1988. Para a constituição de nosso *corpus* empírico, focamos em duas das audiências públicas promovidas pela

comissão: a audiência pública com o delegado Aparecido Laertes Calandra e a com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Neste artigo, porém, exporemos apenas um recorte de nossa pesquisa, que nos permitirá esboçar uma breve análise discursiva do outro no depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Além disso, a partir da análise desse recorte, abordaremos o funcionamento discursivo do silêncio. Para isso, de início, esclarecemos que o depoimento do coronel ocorreu no dia 10 de maio de 2013, em uma audiência pública promovida pela Comissão Nacional da Verdade. Essa audiência pública foi conduzida por José Carlos Dias e Cláudio Fonteles. Além destes, estavam presentes ainda o advogado do coronel e Gilberto Natalini, que foi chamado de “ex-terrorista” pelo depoente. Aliás, no que concerne à imagem que se constrói do outro no depoimento do coronel Ustra, observamos que o termo “terrorista” é recorrente, produzindo um silenciamento em outras possíveis formas de significação. A respeito disso, Orlandi (2000) observa que, durante o período da ditadura militar brasileira, os que lutaram pela liberdade foram denominados, “pelo poder militar e pelos órgãos de repressão, no início, como subversivos; depois, como guerrilheiros; e, finalmente, como terroristas” (ORLANDI, 2000, p. 100).

Em seu artigo *Lexicografia discursiva*, Orlandi (2000) analisa o funcionamento do dicionário, com enfoque nos seguintes verbetes: *subversão*, *subversivo*, *subverter*, *terror*, *terrorismo* e *terrorista*. Para a análise, a autora seleciona três dicionários: o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o de Michaelis e o de Laudelino Freire, por ter sido feito antes dos anos 60. Com essa análise, Orlandi (2000) demonstra que o efeito ideológico do dicionário é apagar a própria ideologia, pois, conforme palavras da autora, “o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem ideologia, já que, segundo a análise de discurso, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente” (ORLANDI, 2000, p. 101).

A partir da leitura dos verbetes em tais dicionários, a autora observa os efeitos da discursividade que ficou conhecida como a de Maio/68 (ORLANDI, 2000). Segundo a análise de Orlandi (idem), nos três dicionários, “terrorista” é definido em relação a “terrorismo”. Porém, em *Aurélio*, que foi muito mais marcado por Maio/68, terrorismo é definido da seguinte maneira: “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas (...) ou de impor-lhe a vontade (...) pelo uso sistemático do terror” (FERREIRA, 1974

apud ORLANDI, 2000, p. 107). Nessa definição, como constata Orlandi (2000), já comparece a posição em que o terrorista é colocado “na rede de filiações da violência, seja contra o outro, seja contra o poder constituído” (ORLANDI, 2000, p. 107).

Analisando esses e os outros verbetes aqui mencionados, Orlandi (2000) observa que o discurso político foi atingido pelo acontecimento discursivo de Maio/68, o que produz efeitos ideológicos, “disponibilizando modos de dizer e sentidos que vão estar presentes na dicionarização” (ORLANDI, 2000, p. 108).

Em nossa pesquisa, analisamos como esses sentidos ressoam ainda hoje. E, quando dizemos que nos interessa o funcionamento do silêncio, é porque nos questionamos sobre aquilo que um discurso cala, isto é, o que é silenciado quando se nomeia o outro de terrorista?

Posto isso, vejamos a seguir algumas sequências em que o outro aparece como terrorista. Antes, porém, apresentaremos uma sequência em que o coronel Ustra aponta aquilo que ele considera como atos de terrorismo: matar e sequestrar.

Sd1 – Haviam assassinado 66 pessoas, sendo 20 policiais militares, sete militares, sete policiais civis, dez guardas de segurança e 22 civis. Já haviam sequestrado três diplomatas estrangeiros. (...) Em face disso tudo, o presidente da República elaborou uma diretriz de segurança interna que deu poderes aos generais, comandantes, militares de área para combater o terrorismo.

Para compreender como o outro se inscreve no discurso do sujeito torturador, faremos intervir ainda a noção de narratividade, tal como ela vem sendo trabalhada por Orlandi (2017).

Pela observação da narratividade flagramos a inscrição do (s) outro (s) no discurso do sujeito, assim como a determinação mais ampla da voz do Outro (interdiscurso, ideologia) presente no espaço da interpretação do sujeito individuado. O funcionamento da memória no sujeito se faz pela narratividade (ORLANDI, 2017, p. 309).

Para a análise de discurso, a memória, ou interdiscurso, é irrepresentável, de modo que, em análise, só podemos trabalhar com o que a memória produz e com o seu funcionamento. De acordo com Orlandi (2017), “uma maneira de flagrar a memória em seu funcionamento” (ORLANDI, 2017, p. 309), é trabalhar com o que a autora chama de narratividade.

O funcionamento da memória pela narratividade se dá em certas condições, nas quais o sujeito se vincula a certos espaços de interpretação. Para Orlandi (2017), “o modo como a memória se diz no sujeito, pela narratividade, atesta os processos identitários e os efeitos ideológicos, na constituição do sentido” (ORLANDI, 2017, p. 310).

A concepção de narratividade implica um sujeito afetado pelo funcionamento do interdiscurso, nas condições de produção em que se encontra e um sujeito afetado pela relação do inconsciente com a ideologia. Conforme Orlandi (2017), a narratividade pode servir, para o analista, de instrumento de observação da relação entre o inconsciente e a ideologia, uma vez que ela carrega marcas de ambos na formulação produzida pelo sujeito.

Do ponto de vista da análise de discurso, o funcionamento da memória pela narratividade nos possibilita, também, observar a relação espaço-tempo que se instala na formulação do sujeito:

Pensando as condições de produção – incluindo, além dos sujeitos, a conjuntura da formulação, a conjuntura sócio-histórica, e também a memória – importa lembrar que a memória não é cronológica, é histórico-simbólica. O funcionamento da memória, pela narratividade, na formulação, instala a relação espaço-tempo. Quando se diz “Era meu primeiro ano na escola x” ou “foi meu primeiro ano na escola x”, algo difere quanto à narratividade; a relação espaço-tempo se altera (era/foi), o que tem consequências sobre a relação do sujeito com seu próprio dizer e, faz inscrever-se, na formulação, o modo como a memória funciona narrando-se no sujeito, filiando-o a uma rede de sentidos (saber discursivo, interdiscurso, memória), individuando-o (ORLANDI, 2017, p. 311).

Em outras palavras, Orlandi (2017) destaca que, a partir da análise da relação espaço-tempo, podemos chegar a conclusões diferentes sobre a natureza da relação do sujeito com seu próprio dizer. Sendo assim, o uso do verbo no pretérito perfeito ou no pretérito imperfeito, produz efeitos de sentido distintos e revela o modo “como a memória funciona narrando-se no sujeito”.

Em Sd1 e nas sequências apresentadas a seguir, notamos as seguintes formulações: Haviam assassinado 66 pessoas/ Já haviam sequestrado três diplomatas estrangeiros/ Quando cheguei com o major (...), os terroristas já haviam assaltado mais de 300 bancos e carros-fortes/ os terroristas mataram.

Sd2 – Quando cheguei com o major, vindo da escola de Estado-Maior, transferido para São Paulo, no início de 1970, **os terroristas já haviam assaltado mais de 300 bancos e carros-fortes, encaminhado mais de 300 militantes para cursos em Cuba e na China** – cursos de terrorismo.

Sd3 – Essa mesma imprensa deixou de publicar que, no mesmo período, só em São Paulo, **os terroristas mataram**, entre civis e policiais militares, 53 pessoas tá-tá-tá-tá-tá.

Os tempos verbais da oração, de acordo com a gramática normativa, são classificados do seguinte modo: haviam assassinado, haviam sequestrado e haviam assaltado como pretérito mais-que-perfeito e cheguei e mataram como pretérito perfeito. Segundo Bechara (2009), os verbos auxiliares, tais como o verbo “haver”, “se combinam com o particípio do verbo principal para constituírem novos tempos, chamados ‘compostos’, que, unidos ao simples, formam o quadro completo da conjugação da voz ativa” (BECHARA, 2009, p. 230). A voz ativa, por sua vez, é a “forma em que o verbo se apresenta para, normalmente, indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação” (BECHARA, 2010, p. 195). As orações presentes nas sequências discursivas estão, portanto, na voz ativa, o que implica determinados efeitos de sentido. Nesse caso, o sujeito pratica a ação, logo, ele é o agente do terror.

Posto isso, concluímos, em conformidade com Orlandi (2017), que a relação espaço e tempo no discurso funciona ideologicamente, isto é, o fato da posição sujeito desse recorte fazer uso da voz ativa é simbólico. Isso demonstra a maneira como a memória discursiva se inscreve no sujeito, como este se deixa afetar “no seu modo de individuação e de produção de sentidos” (ORLANDI, 2017, p. 312).

Além disso, no que se refere à questão do silêncio, pontuamos que a presença do termo “terroristas” implica o apagamento de outros sentidos possíveis, como o de revolucionário, por exemplo, ou mesmo o de subversivo e/ou guerrilheiro. Observamos ainda que há uma generalização no termo “terrorista”, tendo em vista que este é o que mata, sequestra e assalta, ou seja, o assaltante, o assassino e o sequestrador têm o mesmo sentido, todos são terroristas; todos são violentos, portanto, uma vez que, como já vimos, a expressão “terrorista” se inscreve numa rede de filiação de sentidos associada à violência.

Retomando a concepção de narratividade, gostaríamos de esclarecer, a partir de Orlandi (2017), que tal noção não se confunde com a definição de narrativa. Esta é um tipo, um gênero, como diz Orlandi (2017), enquanto a narratividade é um funcionamento da memória. Em outras palavras, o que nos importa aqui é a relação do discurso com a sua exterioridade, a relação entre sujeito, a memória discursiva e as condições de produção. De acordo com Orlandi (2017), “a narratividade é “o modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas” (ORLANDI, 2017, p. 313).

Nesse caso, interessa-nos compreender como o funcionamento da memória discursiva, enquanto narratividade, diz-se no sujeito, em suas formulações. Em nossa análise do depoimento do coronel Ustra, pudemos observar como o emprego dos verbos e a nomeação do outro remetem aos dizeres que circularam durante o período da ditadura militar brasileira.

Na sequência discursiva que apresentamos a seguir, na qual o referente é específico, Gilberto Natalini é nomeado de “ex-terrorista”:

Sd4 – Não. Não faço acareação com **ex-terrorista**. Não faço.

O coronel Ustra foi questionado sobre a possibilidade de fazer uma acareação com Gilberto Natalini, porém, o militar se recusou, afirmando que não faria acareação com “ex-terrorista”. Nessa sequência discursiva, devido às condições de produção, o outro não comparece mais como “terrorista”, mas sim como “ex”. De todo modo, o termo “terrorista” ainda está aí, para marcar que, ainda que “ex”, esse sujeito já foi um agente do terror.

A posição sujeito que comparece no depoimento do coronel Ustra, portanto, aponta para uma rede de memória que constitui determinadas evidências sobre o que é ser terrorista. Do ponto de vista da análise de discurso, a memória discursiva pode ser tratada como interdiscurso e ser definida como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001, p. 31). Nesse sentido, o interdiscurso pode ser entendido como o responsável por disponibilizar dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, isto é, é a memória discursiva que

possibilita que todo dizer seja possível. Portanto, a imagem a respeito dos terroristas faz sentido porque tal dizer já foi dito em outros lugares, ainda que de maneiras diferentes.

Além disso, a narratividade, como parte do funcionamento da memória, não é a palavra, mas o texto, ou, como prefere Orlandi (2017), é a narratividade textualizada, “na relação com as condições de produção, que nos permite acessar o efeito de unidade significativa, o texto como unidade discursiva da linguagem” (ORLANDI, 2017, p. 316). Sendo assim, um texto estruturado pela narratividade pode se produzir em diferentes versões, se pensarmos a relação da estrutura com a amarração da memória no texto e se pensarmos na articulação do tempo e do espaço.

No texto produzido pelo coronel Ustra, a versão que se produz é a de um sujeito identificado com uma formação discursiva na qual terrorista é todo o sujeito que mata, assalta ou sequestra, produzindo um apagamento sobre esse outro que, aliás, não se autodenominava de terrorista. Posto isso, encerramos esse artigo com uma citação de Duarte-Plon (2016) a respeito da expressão “terrorista”:

Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Franklin Martins, Dilma Rousseff e os frades dominicanos – que ajudavam a esconder e dar fuga aos revolucionários perseguidos pela polícia da ditadura – também eram “terroristas” para os militares brasileiros. Nelson Mandela era considerado terrorista pelo regime de *apartheid* que vigorava na África do Sul e que ele combatia. Anos depois, ganhou o prêmio Nobel da paz. Os resistentes palestinos também são qualificados de terroristas por Israel. Quando se nega ao inimigo a condição de combatente ou resistente, qualificando-o de “terrorista”, todos os desvios passam a ser justificados por quem os pratica” (DUARTE-PLON, 2016, p. 103).

Para Duarte-Plon (2016), como podemos notar, o termo “terrorista” serve para englobar, em diferentes momentos da história, pessoas que resistem ao governo vigente de suas épocas. No que se refere aos sujeitos que resistiram à ditadura militar brasileira, a autora destaca que o termo “terrorista” serviu para qualificar não só os integrantes da luta armada, mas como todos aqueles que de algum modo tentaram resistir ao governo militar.

O coronel Ustra chefiou o Doi-Codi entre outubro de 1969 e dezembro de 1973 e, segundo Duarte-Plon e Meireles (2014), que, por sua vez, baseiam-se no livro *Tortura nunca mais*, “mais de quarenta presos foram mortos e outros quinhentos foram

torturados nas dependências da ‘Casa dos horrores’, como ficou conhecido o Doi-Codi” (DUARTE-PLON, MEIRELES, 2014, p. 187). Tal fato é silenciado no depoimento do coronel, que busca construir a imagem do outro como terrorista.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DUARTE-PLON, Leneide. MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado**: Nos passos de frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra** – da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni. **Lexicografia discursiva**. Alfa, São Paulo - v. 44 - p. 97-114 – 2000.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 281-335.